



Tecnologia com respeito à tradição

O projeto da nova igreja matriz está pronto. A Diocese de Taubaté, que é a proprietária legal do templo, e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), na função institucional de fiscal das normas relativas ao patrimônio, chegaram a um plano para a reconstrução da matriz de São Luiz do Paraitinga, cujas linhas gerais o JR apresenta a seguir.

Por sua importância religiosa e arquitetônica, a igreja se tornou um elemento marcante no cenário urbano luizense. Na parte externa, o projeto prevê uma edificação com características similares às do templo que ruíu, considerando seu estilo e volumetria. A nova matriz será erguida com estrutura de concreto e tijolo, como um edifício contemporâneo, e suas paredes deverão medir menos do que o 1,4 metro de espessura das originais.

As novidades da reconstrução esten-

dem-se ao interior da matriz, que trará mudanças notáveis. Como explica Livia Vierno, arquiteta da diocese, não será possível fazer uma réplica absoluta da igreja, pois isto seria falsear a história, uma vez que aquela edificação não existe mais e foi produto de outras reformas.

Superar o drama

A construção do templo começou em 1830 e foi concluída dez anos depois. A igreja tinha apenas uma torre na qual, em 1875, foi instalado o relógio que durante 135 anos marcou as horas dos luizenses. Em 1894 foi erguida a segunda torre. Entre 1925 e 1927, o beiral de estilo colonial foi substituído por platibandas. Outra grande reforma foi realizada em 1945, quando foram trocados os antigos altares de madeira entalhada por outros, de mármore de Carrara. A última intervenção importante deu-se em 1972, quando o pintor Álvaro Pereira, de Taubaté, executou os afrescos que decoravam as paredes internas.

Na nova matriz, os altares, antes na nave da igreja, agora serão feitos junto às paredes laterais, o que deixará os corredores livres para o trânsito de pessoas. Além disso, as janelas voltadas para dentro da igreja permitirão que o ambien-

te fique mais arejado e que se aproveite melhor a iluminação natural. Serão mantidos o presbitério no mesmo nível do anterior, a pia batismal, os capitéis dourados acima dos arcos, e construídas três sacristias de apoio ao culto, além da principal.

A adoção, do mesmo estilo arquitetônico da

matriz desaparecida em janeiro atende a um desejo da Diocese de Taubaté e da própria comunidade luizense. Outro sentido dessa escolha é o de contribuir para reverter os problemas ocasionados pelo drama vivido pelos moradores – e que, de certa forma, ainda vivem – com a destruição do templo.

24 meses

Livia explica que outro fator que impede que se levante uma igreja idêntica à que ruíu é que a construção feita de taipa exigiria pelo menos seis anos para a sua edificação, num processo muito mais demorado. Além disso, seria necessário contratar mão de obra especializada e

depende do sol para secar as estruturas de barro. As pinturas internas, por sua vez, não têm como replicar as destruídas pelas águas.

O projeto de reconstrução prevê ainda a utilização de equipamentos de vídeo e áudio de qualidade e a preparação para receber um sistema de ar condicionado. Os sistemas elétrico e hidráulico seguirão normas de primeira linha, assim como o aparelho de iluminação cênica para a fachada do templo.

O início das obras está previsto para julho, e devem ser concluídas em dois anos. O investimento será assumido pelo governo do Estado de São Paulo, que destinou 15 milhões de reais para a reconstrução da matriz.



Projeto da matriz prevê fachada idêntica à da igreja que ruíu

foto: Nana Vieira



Procissões da Festa do Divino retemperam a esperança dos fiéis

Divino voluntariado

As tradições estão sendo mantidas: fé e esperança são ingredientes que não faltam aos voluntários que trabalham na produção da Festa do Divino. Os católicos fazem suas preces e pedidos ao Divino Espírito Santo, e depois pagam as promessas trabalhando nas atividades da festa, como em um grande mutirão. A realização da festa só é possível com a participação desses voluntários. E o evento deste ano de 2010 teve um sabor todo especial, pois foi mais um passo para a superação da tragédia que se abateu sobre a cidade no início de janeiro.

Benedita Figueira, conhecida como “Professora Fia”, é moradora de São Luiz e ajudou pela primeira vez na festa. Com empolgação, trabalhou para que tudo saísse conforme os anos passados, com base no que conheceu de outras festas. Ele se empenhou muito e diz que “nenhum dinheiro desse mundo” pagaria sua participação na Festa do Divino. Muitos voluntários colaboraram na festa com doação de prendas, na preparação dos alimentos e em muitas outras atividades.

Afora a reafirmação da religiosidade, o Divino de 2010 significou para

os moradores um passo importante no esforço comum pela reconstrução. Mesmo diante das dificuldades, o festeiro Antonio Sales e sua equipe organizaram uma festa inesquecível, pelo exemplo de união que significou. “Há quem ache que a festança foi melhor do que a de outros anos”, comentou Zélia Sangar, também voluntária.

Voluntárias empacotam paçoca salgada para os comensais da festa

foto: Vanessa Cunha



Editorial

Passos para o futuro

Os exemplos de superação colhidos no dia a dia de São Luiz do Paraitinga autorizam a suposição de que o município está caminhando para dias melhores, muito embora sua comunidade vá guardar para sempre, na memória e no coração, as marcas profundas deixadas pelo desastre de janeiro. De todo modo, será importante não perder de vista que foram a solidariedade, a força de vontade das pessoas e o seu amor à cidade os elementos responsáveis por transformar, em poucos meses, um cenário de escombros e ruínas no ambiente de animação e esperança que hoje se respira em São Luiz.

Não foi – e não tem sido – fácil. Os passos às vezes são penosos, o processo de reconstrução ainda tem muitas etapas a cumprir. Mas o que foi feito até agora demonstra que a clareza de propósitos, quando aliada à participação comunitária e à transparência política, é capaz de remover mesmo os obstáculos tidos como intransponíveis. Um bom exemplo disso foi a Festa do Divino. Sua realização esteve ameaçada tão logo baixaram as águas, mas a festa ocorreu no devido tempo e com muito sucesso, contribuindo com sua força simbólica para fortalecer a fé e o ânimo dos moradores – e dos amigos da cidade – envolvidos no desafio da reconstrução. Para fiéis de todos os credos, a festa deixou uma lição: é assim que se vence um caminho difícil, olhando para frente e dando um passo depois do outro.

Expediente

Editor: Luiz Egypto de Cerqueira (MTb 10.848)

Secretária de redação: Ângela Loures

Chefe de reportagem: Judas Tadeu de Campos

Arte e diagramação: Renata Maria Monteiro

Alunos voluntários: Maria Clara de Carvalho, Felipe Guerra, Pedro Funchal (reportagem); Vanessa Cunha (reportagem e diagramação)

Colaboradores: Chinica Medeiros, Larissa Costa e Nana Vieira

Apoio: Câmara Municipal de Taubaté

O *Jornal da Reconstrução* é um projeto de extensão do Deptº de Comunicação Social da UNITAU e órgão informativo da Câmara de Desenvolvimento Socioeconômico de São Luiz do Paraitinga.

Fale conosco: jornaldareconstrucao@gmail.com

Coordenadores:

Edson Wanderley Alves (UNITAU); José Xaides de Sampaio Neves (UNESP-Bauru); Maurício Delamaro (UNESP-Guaratinguetá)

Jornalista Responsável: Ângela Loures
MTB 173/01/87v DRT-MS

Tiragem: 2.000 exemplares



unesp

Apoio gráfico

imprensaoficial

Financiamento para imóveis particulares

Proprietários de imóveis particulares do centro histórico de São Luiz do Paraitinga, e que tenham sido afetados pela enchente do início do ano, terão acesso a linhas de financiamento para restauração ou reforma de suas casas em condições mais favoráveis do que os empréstimos bancários. Um convênio entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) deve facilitar a obtenção de uma carta de crédito, por meio da qual os donos das residências poderão conseguir recursos para as obras.

Esse empréstimo será subsidiado parte pelo governo estadual e a outra parte financiada pela CDHU. Trata-se de um financiamento de longo prazo que poderá ser concedido mesmo àqueles proprietários cujas casas não sejam tombadas. A condição para pleitear o empréstimo é que o imóvel esteja situado na área do Centro Histórico e tenha sofrido danos com a inundação de janeiro.

Para mais informações sobre o financiamento, os interessados devem procurar o arquiteto Vinícius Penha de Oliveira, no escritório do Condephaat instalado no térreo do prédio do Ceresta (Centro de Restauração e Desenvolvimento de São Luiz do Pa-

raitinga), na Praça Dr. Oswaldo Cruz, nº 22 – a praça da Matriz.

Documentos em ordem

O Programa Cidade Legal já iniciou suas atividades em São Luiz do Paraitinga. Trata-se de uma iniciativa da Secretaria de Estado da Habitação, em conjunto com a Prefeitura, para a regularização fundiária dos diversos núcleos habitacionais. Com o processo concluído, os donos das chamadas “escrituras de gaveta” poderão receber títulos de propriedade que lhes permitirão registrar suas casas em cartório.

A informação é da Assessoria de Planejamento da Prefeitura, que dá apoio técnico ao desenvolvimento do programa. Desde o ano passado o município vinha reivindicando a adesão ao Cidade Legal, mas foi o desastre do início do ano que apressou a celebração do convênio. Agora ainda mais urgente, visto que as águas estragaram boa parte da documentação existente na Prefeitura e nos cartórios da cidade, o que representa um desafio para o andamento do projeto. Mas a idéia é justamente superar esses empecilhos.

Garimpagem de papéis

Para a gênese operacional do pro-

jeto, a Secretaria da Habitação contratou a Núcleo Engenharia Consultiva, encarregada de desenvolver o planejado pela Prefeitura e pela secretaria. Técnicos da empresa já fizeram o levantamento preliminar para reconhecimento da situação e agora estão na fase de conversar com os moradores, procurando informações sobre a documentação conhecida. Num segundo momento haverá um posto para o atendimento ao público, a ser instalado no Ceresta (Centro de Reconstrução e Desenvolvimento Sustentável de São Luiz do Paraitinga), na Praça da Matriz.

As ações serão desenvolvidas em 12 núcleos: Alto do Cruzeiro, Benfica, Catuçaba, Centro Histórico, Chácara do Vitória, Ovídio, Pimentas, Ribeiros, Santa Teresinha, São Benedito, São Sebastião e Vargem dos Passarinhos.

A arquiteta Natália Moradei, da Assessoria de Planejamento, nota que nem todas as propriedades poderão ser legalizadas – é o caso das situadas em área de risco. Por enquanto não está definido o que fazer quando houver vários imóveis em um só lote – o que é um outro problema a ser enfrentado. Natália informa que não há uma data fixa para a conclusão dos trabalhos. O que importa é que o processo já começou.

Ação para salvar um prédio

O historiador e ex-vereador Marcelo Santos Toledo está liderando um abaixo-assinado com pedido de providências para que a Telefonica, empresa concessionária dos serviços de telecomunicações em São Luiz do Paraitinga, providencie a restauração do prédio de sua propriedade, antiga sede da Câmara Municipal, localizado na Rua Coronel Domingos de Castro, quase em frente ao Calçadão. Desde o dia da enchente, o prédio, considerado um dos mais significativos da cidade, está em completo abandono e bastante estragado, tanto externa como internamente. Nem a lama depositada pelas águas foi retirada.

No sábado, 22 de maio – penúltimo dia da Festa do Divino –, Marcelo e seus companheiros colocaram uma faixa em frente ao prédio com os dizeres: “Não disque o ‘15’. A Telefonica faz mal a preservação do patrimônio cultural de S. L. do Paraitinga”. Ali mesmo o grupo começou a recolher assinaturas das pessoas que passavam pelo local.

A intenção é a juntar pelo menos mil assinaturas, inclusive pela internet, e encaminhar uma petição ao defensor público da comarca de Taubaté, Wagner Girón de La Torre, para que ele possa instruir uma ação civil pública contra a empresa, exigindo a restauração física do imóvel. Após essa

providência, os requerentes esperam que o Poder Judiciário expeça medida liminar favorável ao pedido.

Os proponentes do abaixo-assinado não querem que o prédio, após restaurado, se torne apenas mais um ponto comercial na cidade. Vão defender que a empresa transforme o local em fundação de direito público e ali instale um arquivo público ou outra atividade com fins culturais.

foto: Chinica Medeiros



Prédio representativo da história da cidade à espera do apoio empresarial para sua completa recuperação

Comodato

Cristiane Bittencourt, assessora de Planejamento da Prefeitura, informou que anos atrás o prédio da Telefonica foi cedido em comodato – isto é, por empréstimo gratuito – ao município. Este ficaria encarregado de sua manutenção e de lhe dar o aproveitamento que julgasse mais oportuno. No entanto, em face da catástrofe do início do

ano, a administração pública entende que deverá ser a própria empresa a cuidar da restauração do imóvel.

Cristiane informou que, na semana anterior ao protesto, engenheiros da Telefonica estiveram na cidade para analisar o prédio, com vistas à sua restauração. O projeto deverá ser feito em conjunto com o escritório local do Condephaat.

O manda-chuvas

Após servir por muitos anos residência, na década de 1960 o prédio que atualmente pertence à Telefonica foi transformado em clube, e depois passou a ser utilizado para abrigar a Câmara Municipal e outras repartições públicas. Uma delegacia também funcionou ali e, durante muitos anos, no térreo esteve instalado o posto telefônico da cidade.

O imóvel foi tombado pelo Condephaat no início dos anos 1980, devido à sua importância histórica e paisagística como ar-

quitetura representativa da fase do auge da economia cafeeira da região. Na bandeira de metal da porta principal constam as letras “B.D.C.”, muito provavelmente as iniciais de seu primeiro proprietário, o alferes Bernardino Domingues de Castro, comandante da antiga 6ª Companhia de Infantaria da Guarda Nacional e que também exerceu os cargos de juiz de paz e de vereador no município.

Idosos querem voltar para São Luiz

foto: Chinica Medeiros

A enchente que cobriu a cidade também atingiu a Vila de São Vicente de Paulo, deixando-a parcialmente destruída. Obrigados a deixar o local, desde janeiro os velhinhos do asilo (oito homens e sete mulheres) estão acolhidos nas Casas Pias, em Taubaté. Estão lá mas não perderam a esperança de voltar para São Luiz. Maria Augusta Lopes é uma das idosas abrigadas em Taubaté e comenta que tem muitas saudades do seu irmão João e do povo luizense.

Nas festas de Natal do final do ano passado, o prédio onde funcionava o asilo estava com 90% de uma reforma já prontos, mas a enchente levou tudo. Foi preciso arrecadar recursos para a reconstrução da Vila, que está bem adiantada e em processo de adaptação às normas da Vigilância Sanitária. Além da venda de bingos, rifas, camisetas e doações, boa parte do dinheiro para a reforma veio dos funcionários do banco Nossa Caixa. “Esse apoio está sendo fundamental, e em breve conseguiremos trazer os idosos de volta a São Luiz, pois sabemos o quanto é importante essa cidade para eles e o quanto eles são importantes para a nossa história”, diz Cecília Bilard Meirelles, presidente do Lar São Vicente de Paulo.

A fundação

A iniciativa de construir um asilo de amparo às pessoas carentes e idosas de São Luiz do Paraitinga foi do comerciante e pirotécnico Idalício dos Santos. Ele nasceu em Paraibuna, em 1899, mas desde criança morou aqui. Como participante das Conferências Vicentinas, Idalício utilizou uma área na Rua Coronel Domingues de Castro, que, em 1936, havia sido doada para a paróquia por Dona Carlota Gouvêa.

Além de ser uma importante obra religiosa, o amparo aos idosos é um dos marcos da civilização humana. Também por isso, em pouco tempo, e com a colaboração de outros confrades, Idalício conseguiu mobilizar os moradores da cidade e iniciar a construção das primeiras casas. Logo depois de a Vila Vicentina entrar em funcionamento, em 8 de outubro de 1939, seu fundador morreu.

Em 1958, a Vila foi ampliada com a

construção de mais casas e o início da Capela de São Vicente. Durante muitos anos, os filhos de Idalício dos Santos, assim como outros colaboradores, continuaram sua obra: cuidaram da administração e promoveram diversas melhorias que tornaram a Vila Vicentina, por décadas a fio, uma instituição modelar.

Situação atual

Embora alojados em Taubaté, os idosos recebem material de uso pessoal, limpeza e medicamentos da Prefeitura de São Luiz do Paraitinga, que repassou os salários desses aposentados para a direção das Casas Pias – que pode, assim, financiar os cuidados devidos a esses idosos, até a conclusão da reforma do asilo. Sabendo do que os velhinhos precisam, “a diretoria da instituição encaminha um ofício com o pedido e o serviço social de São Luiz do Paraitinga repassa para Prefeitura, que providencia tudo”, explica Cristina Toledo, assessora de Promoção Social.

Quando os idosos chegaram a Taubaté, passaram por exames de rotina e ganharam o Cartão Cidadão do SUS (Sistema Único de Saúde), caso precisassem de atendimento no Pronto Socorro da cidade. Eles têm também à sua disposição serviços de fisioterapia, nutrição e enfermagem.

“Estamos prestando todo o atendimento necessário, mas pedimos que os parentes venham visitá-los, pois os idosos sentem muita falta dos amigos e familiares”, comenta Angélica Cristina, tesoureira das Casas Pias. Ela acredita que as visitas são fundamentais para o bem estar psicológico dos idosos, que ficaram abalados com o fato de terem saído do local onde moravam com a água cobrindo a metade do corpo.

Localizada na Rua Quatro de Março, nº 263, no centro de Taubaté, as Casas Pias têm as visitas liberadas de segunda a sexta-feira e feriados, no horário das 13h às 16h.

Denúncias

Os problemas causados pela enchente do início do ano não são os únicos enfrentados pela Vila de São



Sede da Vila em São Luiz: bons serviços desde os anos 1930

Vicente de Paulo. Em junho de 2009, o Ministério Público estadual levou a juízo uma denúncia contra Alexandre Gonçalves Mendes, presidente do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP – Taubaté) e Ébio Elias Pires dos Santos. “Apesar do crime de estelionato possibilitar, em tese, os benefícios da suspensão condicional do processo, observa-se que as condutas dos réus foram gravíssimas, tendo em vista que a vítima é uma entidade assistencial que faz a caridade e atende idosos”, anota o texto assinado pelo promotor de Justiça Antonio Carlos Ozório Nunes. O motivo da ação foi a venda do imóvel onde sempre funcionou a Vila São Vicente de Paulo, em São Luiz do Paraitinga.

De acordo com a denúncia, em sua gestão Alexandre Mendes solicitou ao Conselho Metropolitano da entidade, com sede em São José dos Campos, autorização para a venda de diversos imóveis pertencentes à SSVP, explicando ser uma transação necessária, pois havia dificuldades financeiras em manter os asilos. Porém, afirma o promotor, essa autorização foi dada “de forma omissa, com pouca transparência e sem o cumprimento dos rigores do Regulamento da SSVP, numa silenciosa cumplicidade”.

Diz também a denúncia: “A intenção

do presidente Alexandre era fechar todos os asilos das cidades vizinhas do Conselho Central, e levar os idosos para as Casas Pias, em Taubaté, sem se importar com a distância e laços afetivos de familiares e amigos”. Para o promotor, o asilo não pode perder o terreno em que está edificado, uma vez que os seus mantenedores “deixaram (...) de alugar o imóvel para estacionamento durante o Carnaval, quando sempre eles ganhavam um dinheiro extra para o asilo; perderam importantíssimo espaço, que utilizaram para diversos fins, dentre os quais para lavanderia e secagem das roupas do asilo e para festas beneficentes”.

De acordo com o promotor, a “venda do imóvel de São Luiz foi feita por ‘contrato de gaveta’ pelo testa de ferro Ébio dos Santos, que representava a empresa ‘Ébio Elias Pires dos Santos – ME’. E como Alexandre não poderia aparecer como beneficiário nas negociatas dos bens da SSVP, por ser o presidente do Conselho Central em Taubaté, ele formou com Ébio uma espécie de sociedade para os negócios fraudulentos”, assim prejudicando os internos do asilo vicentino de São Luiz do Paraitinga.

O promotor informou que a fase de instrução já está encerrada e agora o processo está para julgamento.

Imagens do Divino

foto: Nana Vieira



foto: Chinica Medeiros



O sino recuperado da matriz (esq.) voltou a tocar, convocando os fiéis

A multidão se organiza em filas (esq.) para saborear o tradicional afogado (abaixo), servido no Mercado Municipal

foto: Chinica Medeiros



A casa do povo

A Câmara Municipal de São Luiz do Paraitinga começou a funcionar com essa denominação no século 19, com o advento da República. Antes era chamada de Conselho Municipal. Atualmente, os vereadores se reúnem em sessões ordinárias, a cada duas semanas, para analisar, discutir e legislar sobre a situação da cidade. Além das ordinárias, podem ocorrer as sessões extraordinárias, quando há assuntos urgentes a tratar. Há também as sessões solenes, convocadas com a intenção de homenagear uma pessoa ou uma instituição social.

A vereadora Edilene Alves Pereira (PT), presidente da Câmara, nota que há questionamentos sobre os projetos que a Casa tem elaborado para ajudar a cidade nesses tempos pós-enchente. Segundo ela, devido às proporções do trabalho de reconstrução, as maiores necessidades do município devem ser atendidas pelos governos estadual e federal – que, aliás, têm empreendido diversas ações na cidade.

Ritmo adequado

“São Luiz é um município de sorte, pois o governo estadual e o federal têm nos dado grande apoio, e não é toda cidade que consegue esse tipo de suporte”, diz Edilene. De uma parte, os planos, os projetos e os grandes investimentos em obras; de outra, os vereadores conversam com os seus deputados aliados visando atrair mais recursos para o município.

Edilene comenta que, ao contrário de muitas outras cidades, em São Luiz o relacionamento entre Prefeitura e Câmara Municipal é saudável, independente das divergências ideológicas entre o seu partido e o da prefeita (PSDB). “Nosso relacionamento é bom. Há alguma discordância, ou uma emenda a um projeto, mas no fim das contas discutimos e chegamos a um consenso”, diz.

A presidente da Câmara avalia que as obras no município estão transcorrendo a contento, e que se deve respeitar o ritmo com que os serviços estão sendo realizados para evitar equívocos surgidos da pressa em executar e logo concluir os projetos.

Apesar da aprovação da oposição, o vereador André Luiz Bilard (PSDB) vê problemas na atual situação da cidade. “O que coube à prefeita a princípio – conseguir parcerias, por exemplo –, ela fez. Mas estamos passando agora pelas conseqüências do mau planejamento que houve na época da enchente. Por exemplo, abriram o cadastro para o programa Novo C o m e ç o enquanto várias famílias prejudicadas estavam fora [da cidade], e agora elas tentam dar um jeito de retomar suas vidas por conta própria.”

O vereador cobra uma comunicação mais aberta e eficiente entre a Prefeitura e a Câmara, afirmando que o Executivo envia projetos à Câmara com pouco tempo disponível para a análise. “Os projetos chegam em cima da hora da votação, e quando enviamos requerimentos questionando a situação eles voltam com respostas genéricas, que não esclarecem nossa dúvida”, afirma André. “Há problemas de comunicação entre órgãos, e é por isso que precisamos realizar audiências públicas para sanar as dúvidas de todos.”

Campo de futebol

De sua parte, a vereadora Edilene tem queixas sérias com relação à zona rural. “As estradas estão ruins, horríveis, em um estado calamitoso. Estamos cobrando da Prefeitura, por requerimento, mais atenção aos trechos rurais, pois eles é que estão merecendo mais atenção agora”, diz a presi-

dente do Legislativo municipal.

Quanto ao comércio, Edilene diz que há necessidade de os bancos apoiarem mais os donos de estabelecimentos na cidade. “Não está havendo apoio nem linhas de crédito diferenciadas”, reclama. “Os comerciantes estão pedindo algo diferente, com carência e prazo maiores para o pagamento, algo mais compatível para quem viveu a situação pela qual passaram no início do ano.”

O vereador Adilson Ribeiro da Silva (PT) concorda com Edilene quando o assunto é apoio ao comércio. Ele diz ter sentido na pele o problema dos comerciantes, visto que o bar de sua propriedade teve uma considerável queda nas receitas. “Minhas vendas eram muito boas em dias de jogos [no campo de futebol, em frente ao seu estabelecimento], e, agora, com a interdição do campo e de diversas casas próximas, não tenho boas perspectivas de retomada nas vendas – pelo menos por enquanto.”

Adilson afirma ter enviado requerimento à Prefeitura pedindo a limpeza e liberação do campo de futebol, e comenta a importância de o poder público também privilegiar outras ações que não sejam apenas aquelas vinculadas à restauração do patrimônio histórico na cidade. “Os trabalhos estão rápidos demais, mas tudo com foco na tragédia. Há muitas ruas abandonadas e esburacadas precisando de atenção”, diz ele. “Quanto ao campo de futebol, recentemente houve uma limpeza,

com ajuda de voluntários, mas não se sabe quando será liberado.”

Participação aberta

Câmaras municipais são, a bem dizer, as casas do povo. Ali os seus representantes eleitos, os vereadores, se reúnem para apresentar, discutir e votar planos e projetos que beneficiem a cidade.

Quando um vereador elabora um projeto de lei, sua proposta entra na pauta e depois vai a plenário. Na sessão de votação, se aprovado, é transformado em lei e encaminhado ao Executivo municipal. O prefeito ou prefeita pode sancionar ou vetar a lei; neste último caso, a lei é devolvida à Câmara. Os vereadores têm ainda a possibilidade de derrubar o veto do Executivo. Pode parecer complicado, mas se trata de um procedimento democrático.

Os vereadores têm suas convicções e seus pontos de vista quanto à situação da cidade, mas, como representantes do povo, devem necessariamente ouvir a população. De seu turno, os moradores do município também podem participar das sessões da Câmara Municipal, realizadas sempre às segundas e quartas terças-feiras do mês, às 19 horas.

O funcionário público Benedito de Paula é um dos que frequentam sessões. Para ele, o Legislativo de São Luiz do Paraitinga está fazendo um bom trabalho. “A Câmara tem boa atuação, inclusive pelo fato de a presidência estar nas mãos de um partido adversário ao da prefeita”, disse. Benedito pede mais atenção aos munícipes que ainda sofrem com as conseqüências da enchente, além de mais comunicação entre a Câmara e a Prefeitura. “Só está tendo apoio quem perdeu a casa. Os vereadores não têm como saber das doações ainda disponíveis porque a Prefeitura não passa a relação”, reclama.

Cumpra ao cidadão e à cidadã fazer manter contato com seu representante na Câmara Municipal para cobrar a fiscalização que o Legislativo deve, obrigatoriamente, fazer dos atos do Executivo. Assim funciona a democracia.

foto: Chinica Medeiros



Sede do Legislativo municipal: sessões quinzenais

foto: Nana Vieira



foto: Chinica Medeiros



foto: Nana Vieira



foto: Nana Vieira



Imagens do Divino

À esquerda, no sentido horário, dança de fitas em frente ao Império; congada na Praça da Matriz; moçambique diante da Igreja do Rosário; e a manifestação de força e riqueza da cultura popular. À direita, acima, detalhe da cavalhada com Vicente Prateano, de 82 anos, cavaleiro de primeira hora; abaixo, o chamego de João Paulino e Maria Angu, personagens sempre presentes em todas as festas populares luizenses.

foto: Chinica Medeiros



foto: Chinica Medeiros

